

n.º 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo III ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º e da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta dos Ministros das Finanças e da Saúde, Carlos Alberto Vaz para o cargo de presidente do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho do cargo são evidenciadas na respetiva nota curricular, que consta do anexo à presente resolução, da qual faz parte integrante.

2 — Estabelecer, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, que a presente nomeação é feita pelo período restante do mandato em curso dos membros do mesmo conselho de administração.

3 — Autorizar o nomeado a exercer a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua publicação.

11 de agosto de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

ANEXO

Nota curricular

Carlos Alberto Vaz

Formação Académica:

1986-1987 — Curso “*Application of Industrial Engineering Techniques to Hospital Management*”, ministrado pela *Boston University Health Policy Institute*.

Out. 1983-jul. 1985 — Ingressa na Escola Nacional de Saúde Pública, onde frequenta o XIV Curso de Administração Hospitalar. Classificação final de «Bom», 14 valores.

1983 — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Classificação final de 12 valores.

Experiência profissional:

25.03.2013 — Nomeado no cargo de Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E. P. E.;

15.03.2010-21.03.2013 — Reconduzido no cargo de Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E.;

01.03.2007-13.03.2010 — Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E.;

31.12.2005 — 01.03.2007 — Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua S. A.;

20.06.2005 — Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua S. A.;

09.12.2002 — Eleito Presidente do Conselho de Administração do Hospital de São Gonçalo, S. A.;

09.05.1996 — Presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Bragança, acumulando as funções de Administrador Delegado;

26.02.1993 — Reconduzido como Presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Mirandela, acumulando as funções de Administrador Delegado;

26.02.1990 — Nomeado Presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Mirandela, acumulando também as funções de Administrador Delegado;

19.08.1988 — Nomeado Administrador Delegado do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Mirandela;

01.10.1988 — Tomou posse no lugar de Administrador do Hospital de Macedo de Cavaleiros.

30.07.1985-12.12.1986 — Hospital Distrital de Bragança, tendo tomado posse do lugar de Administrador do quadro único de Administrador Hospitalar.

209825774

Resolução n.º 28/2016

Do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, aplicável ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E. P. E., por força do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 326/2007, de 28 de setembro, conjugados com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, resulta que os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E. P. E., são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Atendendo a que os atuais membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E. P. E., cessaram os respetivos mandatos a 31 de dezembro de 2015, torna-se necessário proceder à nomeação de um novo conselho de administração para um mandato de três anos.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre as nomeações constantes da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º, e da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta dos Ministros das Finanças e da Saúde:

a) Carlos Alberto Couto da Silva, para o cargo de presidente do conselho de administração;

b) Maria Teresa Afonso Lacerda Cabral, para o cargo de vogal executivo com funções de diretora clínica;

c) António Alberto Coelho Marçoa, para o cargo de vogal executivo;

d) André da Fonseca e Silva, para o cargo de vogal executivo;

e) José Ribeiro da Costa Nunes, para o cargo de vogal executivo com funções de enfermeiro diretor;

do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E. P. E., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho dos cargos são evidenciadas nas respetivas notas curriculares, que constam do anexo à presente resolução e da qual fazem parte integrante.

2 — Autorizar os nomeados Carlos Alberto Couto da Silva, António Alberto Coelho Marçoa e José Ribeiro da Costa Nunes a exercer a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

3 — Autorizar a nomeada Maria Teresa Afonso Lacerda Cabral a optar pelo vencimento do lugar de origem.

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua publicação.

11 de agosto de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

ANEXO

Notas curriculares

Carlos Alberto Couto da Silva

Data de nascimento: 25 de abril de 1964;

Naturalidade: Grijó — V. N. Gaia e Residente: Alvarelos-Trofa

Formação Académica e Profissional:

Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo ISCAP, Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, Ciclo Europeu de Management Superior pelo *Institut Français de Gestion, Mastering the New Challenges of Health Care* pela Universidade de Lausanne e *Harvard Medical International, Mastering Health Care Finance* pela Universidade de Lausanne e *Harvard Medical International*, onde foi também coorganizador.

Experiência Profissional:

Auditor da empresa Ernst & Whinney; Responsável pela Auditoria Interna da Companhia de Seguros Garantia; Auditor Interno da equipa internacional do Grupo de bebidas canadiano SEAGRAM (integrava em Portugal as marcas Sandeman, Raposeira, Macieira, etc.); Diretor Financeiro da empresa SGO Electrodomésticos; Diretor Administrativo e Financeiro da CHAMPCORK (Grupo Amorim); Vogal do Conselho de Administração da RARO (Grupo Amorim); Consultor da Administração e formador de várias empresas (ex: Têxtil Nortenha); Administrador Delegado do Hospital Conde de S. Bento (Santo Tirso); Administrador Delegado do Hospital da Trofa; Responsável pelo Serviço de Planeamento e Apoio à Gestão do Hospital Padre Américo — Vale do Sousa; Diretor de Zona dos CTT — Correios de Portugal; Vogal do Conselho de Administração do Hospital Geral de Santo António; Vogal do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Porto; Diretor Geral da empresa ELNOR; Diretor Administrativo e Financeiro da empresa SADÓTEL (operações do Grupo Altice na República Dominicana); Diretor Administrativo e Financeiro da TNORD (operações do Grupo Altice em Portugal).

Outros:

Presidência e direção de diversas coletividades, e membro da Direção das Ligas de Amigos dos Hospitais de Santo Tirso e Santo António, entre outras.

Maria Teresa Afonso Lacerda Cabral

Nascida em 1950.03.06, residente na Maia, de nacionalidade Portuguesa, licenciou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 1978.

Especialista em Psiquiatria desde 1987 pelo Hospital de São João, Porto.

Desenvolveu a sua atividade clínica preferencialmente em hospitais públicos e fez provimento de lugar de Chefe de Serviço de Psiquiatria em 1999 no Hospital de Amarante.

Efetuiu múltiplas formações pós-graduadas em áreas clínicas e de organização de serviços. Participou em júris de concursos da carreira médica hospitalar e na organização de Formação e Investigação na área de competências das funções exercidas. Coordenou a Psiquiatria Forense de Departamentos de Psiquiatria e Saúde Mental (1996-2016).

No decurso da sua experiência profissional exerceu de modo sustentado múltiplas funções de direção de Serviços e de Unidades Funcionais tendo adquirido competências em gestão e uma visão estratégica atenta às necessidades de planeamento. Adquiriu ainda capacidade de resiliência e tolerância à frustração. Tem facilidade e gosto pelo trabalho com grupos humanos, relações interpessoais, motivação de equipas e gestão de conflitos. Em paralelo com a atividade clínica hospitalar, de 1996 a 2016, ocupou os seguintes cargos:

Diretor do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental (DPSM), Centro Hospitalar Tâmega e Sousa (CHTS) 2009-2016;
Diretor do Serviço de Psiquiatria do CHTS 2007-2009;
Diretor Clínico do Hospital de Amarante 2005-2007;
Diretor do DPSM, Hospital de Amarante 2003-2007;
Diretor Clínico do Hospital de Amarante 2001-2003;
Diretor do DPSM do Hospital de Amarante 1996-2001.

António Alberto Coelho Marçosa

Nascido em 13/06/1956, licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia do Porto (1979/1980).

Curso Avançado em Gestão Hospitalar, Porto Business School (2013); *Mastering Health Care Finance, Institute of Health Economics and Management e Harvard Medical International* (2008); Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, AESE — Escola de Direção de Negócios (2006); Programa Avançado em Gestão Empresarial Hospitalar, ISCTE/INDEG (2003); Análise de Risco, Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco (SaeR), Prof. Dr. Hernâni Lopes; Análise de Projetos e Avaliação de Empresas, Instituto de Formação Bancária; Avaliação de Bens Imobilizados, Ordem dos Engenheiros; Planeamento Experimental e Análise de Dados, *Purdue University* (EUA/UTAD).

Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E., (que agregou os Hospitais de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela com os 15 Centros de Saúde do Distrito de Bragança) desde 20 de janeiro de 2012 até à data; Vogal do Conselho de

Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, E. P. E., (que agregou os Hospitais de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela) desde 29 de dezembro de 2005 até 24 de janeiro de 2012; Vogal do Conselho de Administração do Hospital Distrital Bragança S. A. (de 21 de junho de 2005 até 28 de dezembro de 2005); Vogal do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua, S. A., de 16 de dezembro de 2002 até 27 de dezembro de 2005; Diretor Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFADAP), de 1 de abril de 2002 até 15 de dezembro de 2002; Economista, Técnico de Avaliação e Controlo de Projetos Agroindustriais de Trás-os-Montes e Alto Douro do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFADAP) de 1 de julho de 1984 a 31 de março de 2002. Autor das aplicações para análise de investimentos de projetos agroindustriais, e Controlo de Pagamentos às empresas em Folha de Cálculo e linguagem de programação Visual Basic, adotada pelo IFADAP. Formador da Associação Industrial Portuguesa (Núcleo de Vila Real) em Gestão da Produção e Gestão de Stocks de 1988 a 1989. Técnico de Contas inscrito na DGCI e na Associação de Técnicos Oficiais de Contas (ATOC).

André da Fonseca e Silva

Habilitações académicas:

Pós-graduado em economia financeira pela Universidade do Porto. Licenciado em Gestão pela Universidade do Porto.

Experiência profissional:

De 2001 a 2016 responsável pela criação, organização e direção do Departamento de Auditoria Interna, primeiro departamento do género a obter certificado de Qualidade pela APCER a nível nacional e primeira unidade orgânica da C. M. Porto a obter certificação da qualidade, no âmbito de competências de sistematização e verificação do sistema de controlo interno da autarquia, por intervenção na elaboração dos instrumentos que o constituem e pela observação da sua aplicação por recurso a auditorias, assim como acompanhamento de auditorias externas e coordenação na elaboração de contraditórios.

Em 2011 é nomeado administrador da Porto Lazer, E. E. M., com responsabilidade na área financeira e de recursos humanos, em acumulação com o cargo de Diretor de Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal do Porto.

De 2001 a 2002 é nomeado Chefe de Divisão Municipal de Compras da Câmara Municipal do Porto é responsável pela sua organização e operacionalização tendente à centralização da função compras.

De 1996 a 2001: Inspetor de Finanças do Quadro da Inspeção-Geral de Finanças com a responsabilidade por auditorias financeiras, temáticas e de desempenho a entidades públicas e privadas, sindicâncias, por determinação ministerial, a serviços públicos, levantamentos de sistemas de informação e de controlo interno a setores da administração pública e respetiva apreciação crítica, exames à escrita de empresas públicas e privadas, elaboração de pareceres, no âmbito da prestação de assessoria técnica ao governo, sobre projetos de alterações procedimentais e legislativas na administração financeira do Estado e acompanhamento de missões comunitárias de controlo;

De 1994 a 1996: Quadro superior do Banco Nacional Ultramarino (Grupo Caixa Geral de Depósitos) na área de empresas.

Informação Complementar:

Curso de Revisor Oficial de Contas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

José Ribeiro da Costa Nunes

Data de nascimento: 16 de abril de 1965.

Naturalidade: Travanca — Amarante, e residente em Paranhos — Porto.

Formação Profissional:

Obteve a Licenciatura em Enfermagem; curso de estudos superiores Especializados em Enfermagem Médico-Cirúrgica; Pós-Graduação em Gestão e Administração Hospitalar e Pós-Graduação em Bioética; Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde; Curso de formação de formadores, com certificado de aptidão profissional; Título de especialista atribuído pela Universidade Fernando Pessoa.

Experiência Profissional:

Atualmente exerce funções de Enfermeiro — Chefe nas Especialidades Cirúrgicas, é adjunto do Enfermeiro — Diretor e integra a equipa de gestão intermédia do Departamento Cirúrgico, a Comissão Executiva de Enfermagem, o Conselho Coordenador de Avaliação SIADAP e a Comissão Paritária de Enfermagem com CHTS; integra o Grupo da

Reforma Hospitalar do MS e é docente, em prestação de serviços, em várias instituições de ensino superior.

Já exerceu as funções de Enfermeiro Diretor no Centro Hospitalar do Alto Ave; Enfermeiro Diretor no Hospital de Nossa Sr.ª da Conceição de Valongo; Vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte e de membro executivo da Comissão de Controlo da Infecção do Hospital Padre Américo, Vale do Sousa; e do Grupo Nacional da Comissão de Controlo da Infecção na DGS.

Outras Atividades:

Participou na equipa que elaborou o plano de contingência; integrou o Conselho geral do Hospital Padre Américo, Vale do Sousa e do Hospital São Gonçalo; a Comissão de Acompanhamento da Construção do novo Hospital Padre Américo, Vale do Sousa; o primeiro Conselho Consultivo da Escola Superior Cidade do Porto.

Integrou várias comissões de escolha, científicas e júris de concursos de enfermagem.

Foi Presidente da A. E. da Escola Sup. de Enf. Cidade do Porto, Tesoureiro e Presidente na Junta de Freguesia de Mancelos, e 1.º Secretário da Assembleia Municipal de Amarante.

209825814

Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Despacho n.º 10662/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista do meu gabinete, a doutora Marta Maria Amaro da Costa Luz Carneiro.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções de/na área de combate à violência doméstica e de género.

3 — O estatuto remuneratório da designada é o de adjunta do gabinete, conforme o n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2016.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

17 de agosto de 2016. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Catarina Marcelino Rosa da Silva*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Marta Maria Amaro da Costa Luz Carneiro
Data de nascimento: 14 de março de 1984

II — Formação:

Licenciatura pré-Bolonha em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2001-2006).

LL.M. (Master of Laws) em Direito da União Europeia pela Faculdade de Direito da Universidade de Utrecht (2009-2010), com tese de mestrado na área do Direito da Igualdade da União Europeia (EU).

Doutoramento em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Copenhaga (2011-2015), com a tese «Constructing Intersectionality in EU Anti-Discrimination Law».

III — Experiência profissional:

Estágio de advocacia na Abreu & Marques, Sociedade de Advogados, RL (2006-2009). Agregação à Ordem dos Advogados (OA) em 2009.

Docente convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Copenhaga na área do Contencioso da UE (2015-2016).

Book review editor do *European Journal of Social Security* (desde 2015).

209818102

Despacho n.º 10663/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero do cargo de técnica especialista do meu Gabinete, para o qual foi designada

pelo Despacho n.º 595/2016, de 9 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 14 de janeiro, a licenciada Ana Paula Moura de Oliveira, com efeitos a 31 de agosto de 2016.

2 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer funções de adjunta a licenciada Ana Paula Moura de Oliveira, com efeitos a 1 de setembro de 2016.

3 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

17 de agosto de 2016. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Catarina Marcelino Rosa da Silva*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Ana Paula Moura de Oliveira
Data de nascimento: 02 de outubro de 1962

II — Habilitações académicas:

Pós-graduação em Migrações, Intereticidades e Transnacionalismo pela Universidade Nova de Lisboa, 2007.

Pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa, 1997.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 1987.

III — Experiência profissional:

Técnica especialista na área das migrações e refugiados no Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (dezembro de 2015 a agosto de 2016).

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Políticas Locais, no Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.), em cujo contexto se enquadraram, a *Rede dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade*; a 1.ª edição de *Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, *O Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade* e o *Toolkit* para a conceção de Planos Municipais (setembro de 2013 a novembro de 2015).

Coordenadora da *Rede Nacional de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (Rede CLAI)*, no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI, I. P.), considerada uma boa prática, em 2012, quer pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos, quer pela Academia (dezembro 2008 a setembro 2013).

Colaboradora do Gabinete da Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural no âmbito do *Programa Português para Todos*, iniciativa conjunta da Presidência do Conselho de Ministros, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Educação (maio a novembro de 2008).

Consultora da Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP/MNE), responsável pela coordenação operacional do Projeto *EQUAL Migrações e Desenvolvimento*, em cujo âmbito foram criados os *Pactos Territoriais para o Diálogo Intercultural*, considerados como boa prática autárquica pela *Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes*, gerida pela Fundação Calouste Gulbenkian (janeiro de 2002 a março de 2008).

Técnica de Formação do Instituto para a Inovação na Formação — INOFOR, no âmbito do Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras (1999 a 2001).

Coordenadora da Área de Transferência e Valorização do Conhecimento da Unidade de Gestão de Tecnologia e Inovação, no Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária (ITEC) (1998 a 1999).

Coordenadora da Unidade de Conceção e Promoção de Ações e Programas de Formação, do Centro de Formação Tecnológica (CEN-FORTEC), no Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária (ITEC) (1995 a 1998).

Gestora de Projetos de formação, nacionais e transnacionais no Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária (ITEC) (1993 a 1995).

Coordenadora do Sector de Candidaturas do Programa 2 de Formação Profissional do PEDIP — *Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa*, no Centro de Gestão e Engenharia da Formação (CEGEF) do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI) — Ministério da Indústria e Energia (1993 a 1995).

Coordenadora do Núcleo de Avaliação Jurídico-Formal de candidaturas ao Programa 2 do PEDIP, no Centro de Formação Profissional do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial